

“CADA UM SABE A DOR E A ALEGRIA DE SER O QUE É”: Corpos Abjetos, Intelectualidades Pretas, Epistemologias da/em Dor

Aline Martins

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Bolsista CAPES.
acmartins730@yahoo.com.br*

Fernando Pocahy

*Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenador do Grupo de Estudos em Gênero e Sexualidade (Geni).
fernando.pocahy@gmail.com*

*Simpósio Temático nº 07 – AS QUESTÕES ENTRE RAÇA E GÊNERO NO CONTEXTO DE
FORMAÇÃO CURRICULAR BRASILEIRA*

Resumo

O trabalho em tela problematiza a agonística da intelectualidade preta em intersecção com gênero e sexualidade. Corpos de mulheres pretas são corpos considerados abjetos, desumanizados e despossuídos de humanidade e intelectualidade. Mulheres pretas contribuíram e contribuem para o campo acadêmico e para a militância feminista e racial – a partir de suas movimentações com falas e escritas dentro-fora do campo das universidades. A partir da conversa teórico-empírica com três intelectuais pretas que já não estão presentes materialmente, mas que influenciaram e influenciam o pensamento brasileiro e as novas gerações de intelectuais pretas, buscamos movimentos de crítica e (alguma) reversibilidade aos epistemicídios cotidianos ainda presentes na Universidade e no amplo campo do pensamento social brasileiro. Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Neusa Souza compõem um gesto epistemológico que nos permite compreender o corpo-subjetividade como quilombo, como forma de agir no mundo e de produzir sentidos outros para o gênero e a sexualidade, possibilitando argumentos para horizontes antirracistas e antiheterocisnormativos. Os escritos dessas intelectuais contribuíram para o pensamento da crítica racial brasileira, mas foram elas mesmas vitimadas pelo próprio racismo estrutural através do epistemicídio e do desprezo pelas letras pretas. Nessa perspectiva, compomos um ensaio sobre a escrita que se quer apagar, porque, apesar da mobilidade social proporcionada pelo status de atuar em nome de instituições de ensino e das muitas resistências que ressoaram nos corpos de novas ativistas pretas – pretas intelectuais –, o campo do pensamento social ainda mantém privilégios e formas nada sutis de recusar essas vidas.

Palavras-chave: Intelectualidades Pretas. Corpos Pretos. Dororidade. Epistemicídio.

Abstract

The work at hand problematizes the agonistics of black intellectuality in intersection with gender and sexuality. Black women's bodies are considered objects, dehumanized, and dispossessed of humanity and intellectuality. Black women have contributed and keep contributing to the academic field and feminist and racial militancy - through their actions in speech and writing inside and outside the field of academia. From the theoretical-empirical conversation with three Black intellectuals who are no longer present, but who influenced and still influence the Brazilian thought and the new generations of Black intellectuals, we seek movements of criticism and (some) reversibility to the daily epistemicide still present in academia (universities) and the broad field of Brazilian social thought. Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, and Neusa Souza compose an epistemological movement that allows us to understand the body-subjectivity as a quilombo, as a way to act in the world and to produce other meanings for gender and sexuality, enabling arguments for anti-racist and anti hetero cis-normative horizons. The writings of these intellectuals contributed to the thought of Brazilian racial critique, but they were victimized by structural racism itself through epistemicide and contempt for black intellect. From this perspective, we compose an essay about the writing that one wants to erase because, despite the social mobility provided by the status of acting on behalf of educational institutions and many resistances that resonated in the bodies of new black activists - black intellectuals - the field of social thought still remains privileged and not subtle in ways of refusing these lives.

Keywords: Black Intellectualities. Black bodies. Dororidade. Epistemicide.

Introdução

Dororidade é uma ação. Conceito que, na verdade, se coloca como verbo. Produzido no livro de Vilma Piedade (2019), Dororidade é/ou seria a união das mulheres pretas através da dor – não constituindo uma partilha do sentimento de dor, e sim, sobretudo, da compreensão de um projeto político que se mantém contínuo na produção de adoecimento e eliminação da população preta. Não é apenas sentir, é partilhar para modificar estruturas.

Piedade (2019) mostra que o cenário político atual do Brasil é caracterizado pela ascensão conservadora do governo representado pelo presidente Bolsonaro, o qual tem como seus princípios fundantes o discurso racista, homofóbico e machista.

Como é produzir pensamento preto em um mundo permeado pela leitura branca? Como é ser solitária entre seus pares intelectuais? Dentre muitas e inúmeras solidões, Neusa Santos Souza é autora de um clássico brasileiro intitulado *Tornar-se Negro* (1983), obra que contribui para pensar a representação do corpo negro e o imaginário construído sobre esses corpos e a sua existência no mundo. Psicóloga, negra, intelectual oriunda das camadas pobres e nordestina de origem, sua obra, de certa forma, descreve um pouco de seu percurso de vida. Afinal, para mulheres ou para corpos

vistos como abjetos, acreditamos ser improvável – ao escolher investigar dores – não esbarrarmos nas próprias dores. Souza foi moradora de um bairro de classe média da Zonal Sul do Rio de Janeiro, sendo ela “negra de classe média”, frequentou e morou em “um lugar branco” ao longo de sua vida adulta.

A construção da identidade do negro a partir do olhar do branco e para a subordinação dos desejos do mesmo é parte de um modelo de ascensão, sucesso e de racionalidade que pertence à identidade do branco, recusando e verbalizando o tempo todo a construção de uma identidade negra autorreferenciada. Souza descreve em sua obra que a mobilidade social do negro passava por uma reprodução de modus de vida dos brancos – de certa forma, uma tentativa de abdicação de uma história própria, arriscamos a dizer, a verbalização da própria história que precede os indivíduos pretos. Como se, para ser tolerado no mundo dos brancos, fosse/seja necessário ainda o apagamento de uma existência negra.

Neusa Santos Souza (1983) escreve em seu livro, logo na primeira linha de seu trabalho, que “tornar-se negro” em uma sociedade construída sobre o baldrame do racismo é uma forma de ter um discurso de si para si, é um ato de coragem, mas de extrema consciência racial. “Uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo. Discurso que se faz muito mais significativo quanto mais fundamentado no conhecimento concreto da realidade.” (SOUZA, 1983, p. 17). A construção dessa autonomia passa por entender a vida emocional do indivíduo preto e a necessidade de discursos elaborados por eles sobre eles. Já que o custo emocional para o negro é enorme; já que o arquétipo de ascensão social é o branco; então, para o negro, ter mobilidade tem muito custo emocional.

Deslocamos nossa análise para a biografia de Lélia Gonzalez, intelectual engajada, que nasceu em Minas Gerais, historiadora, filósofa e geógrafa. A autora produziu, em seus 59 anos de vida, diversas obras que refletiam sobre a condição e a importância do negro na sociedade brasileira. Tanto produziu intelectualmente teorias, como atuou firmemente em discursos e práticas de engajamento social no Movimento Negro Brasileiro, o MNU (do qual foi uma das fundadoras, na década de 70), e no Partido dos Trabalhadores, respondendo e trazendo uma discussão ainda mal resolvida para alguns militantes sobre a relação entre classe e raça. Nessa discussão, Gonzalez (1984, 2020) salientou que a constituição da desigualdade tem um viés racial e, mais ainda, trouxe o conceito de *maioria silenciada* para expressar, de forma mais ampla, que além dos negros, grupos como os de pessoas LGBTQIA+ compunham várias minorias, e numa luta coletiva, se expressavam como uma maioria de corpos silenciados (entendemos assim o caso dos grupos indígenas).

Numa perspectiva de inferiorização, Gonzalez (1984, 2020) fala sobre a recusa e a dificuldade de ser negro numa sociedade da lógica do branqueamento – de muitos negros “mulatos” ou “brancóides”, assim classificados como resultado da internalização da branquitude. O que ocorre é a produção de uma lógica racista que hierarquiza estruturalmente as relações, estejam elas nas políticas públicas, econômicas, no campo jurídico, ou até mesmo na designação de uma linguagem definida como padrão.

O fato é que a construção de tantos aspectos vistos como subalternos e inferiores, interfere na construção de referências positivas, não apenas de representação física, mas uma rede de referências que contemple as representações materiais e as representações simbólicas. E, antes que pareça que estamos descrevendo regras, cabe provocar que, para além de definições linguísticas, termos originados de outros idiomas – o chamado estrangeirismo – são incorporados e apropriados pela nossa língua, embora sejam escritos e produzidos foneticamente diferentes. A legitimação da língua é mais uma das formas de pensar o racismo. Gonzalez (1984) apresenta as miudezas (não tão miúdas) do racismo linguístico de forma muito lúcida em *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, e descreve:

É engraçado como eles [sociedade branca elitista] gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l, nada mais é do que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal, quem é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês.

E por falar em pretuguês, é importante ressaltar que o objeto parcial por excelência da cultura brasileira é a bunda (esse termo provém do quimbundo que, por sua vez, e juntamente com o ambundo, provém do tronco linguístico bantu que ‘casualmente’ se chama bunda). E dizem que significante não marca... Marca bobeira quem pensa assim. De repente bunda é língua, é linguagem, é sentido é coisa. De repente é desbundante perceber que o discurso da consciência, o discurso do poder dominante, quer fazer a gente acreditar que a gente é tudo brasileiro, e de ascendência europeia, muito civilizado etc e tal.

[...] E culminando, pinta este orgulho besta de dizer que a gente é uma democracia racial. Só que quando a negrada diz que não é, caem de pau em cima da gente, xingando a gente de racista. Contraditório, né? Na verdade, para além de outras razões, reagem dessa forma justamente porque a gente pôs o dedo na ferida deles, a gente diz que o rei tá pelado. E o corpo do rei é preto e o rei é Escravo. (GONZALEZ, 1984, p. 238-239, grifos do autor)

A autora coloca a construção de um conjunto de práticas que são legitimadas quando são constituídas pela lógica do branqueamento – percebe-se que suas críticas não são restritas à construção de um tipo específico de linguagem ou mesmo de referências nacionais ou estrangeiras, mas implicam na construção das referências que são legítimas e aquelas que são deslegitimadas na nossa sociedade, para além da prática. Gonzalez não só faz a crítica, mas se engaja para modificar a

lógica racista e para que, independentemente de os espaços serem racistas, a luta e os corpos negros sejam porta vozes da mudança, saindo do papel de objetos investigativos e de fala, para sujeitos sociais de forma ampla. Sempre uma intelectual de posicionamento e de mensagens diretas nas suas colocações, na frase clássica, e sem delongas, Lélia Gonzalez: “[...] o lixo vai falar [...]” (1984, p. 225). Referindo-se à uma palestra em que representantes negros foram convidados para ouvir intelectuais brancos falarem sobre os negros, Gonzalez narra que aqueles “ouvintes” se recusaram ao simples papel de ouvir brancos falando sobre negros, enquanto estes ficavam na plateia. A “ordem” (provocação) foi “subvertida” (outra provocação) e os grupos que eram ouvintes tomaram a fala, a frase dita pela autora reforça que, neste sistema, é necessário que alguns grupos lutem para poder falar e ser ouvidos em todos os espaços, ainda mais espaços de poder, como são os espaços do conhecimento.

Maria Beatriz Nascimento foi historiadora, professora, poetisa e roteirista; seus trabalhos são diversos, pensando temas como a territorialidade, corporeidade e identidade; uma intelectual múltipla, que tem seu trabalho muito pouco explorado ainda hoje, embora reconhecido pela academia nos últimos anos. Tal reconhecimento foi muito evidenciado após o trabalho de Alex Ratts em seu livro *Eu sou Atlântica* (2006), um compilado de textos analisados pelo autor que possibilitou uma leitura e um encontro da autora com muitas leitoras e mulheres engajadas. Beatriz Nascimento, como mulher negra e intelectual, trouxe diversos conceitos muito importantes para pensar o corpo e a existência do negro na sociedade brasileira, assim como seus trabalhos refletem e fazem refletir sobre como resistimos ao processo da tentativa de suprimir nossa existência. Alex Ratts (2006) apresenta pertinentes perguntas sobre a dificuldade do reconhecimento acerca dos trabalhos da autora e de outras intelectuais negras. Comenta o autor:

Podemos considerar que a invisibilidade da mulher negra no espaço acadêmico também se consolida porque o seu outro (homem branco, mulher branca ou homem negro) não a vê nesse ambiente e nem mesmo trilhando esse itinerário intelectual. Qual o tempo que as mulheres negras têm para ler? A que leituras que se dedicam? E perguntamos enfim: quantas possuem condições para adentrar na universidade? Destas, quantas se tornam pesquisadoras, professoras e intelectuais? (RATTS, 2006, p. 29)

Tais trabalhos podem, não só serem vistos como construtores de teorias, mas também servirem para pensar a construção da intelectualidade brasileira, intelectualidade construída de forma colonial, patriarcal, com raízes escravocratas e, evidentemente racistas, assim como as demais esferas da sociedade brasileira. Mas, para além de lembrar essas questões, é importante pensar como são construídas as subjetividades de mulheres em formação acadêmica que, no desenvolver de suas

teorias de saber e epistemologias, fazem parte de gerações de mulheres que foram privadas de um encontro-diálogo com essas intelectuais.

Destaco o trabalho de Neusa Santos Souza (1983, 2019) para pensar: i) a construção da subjetividade da pessoa negra na mobilidade social, a qual é refutada e vista a partir da lógica de ascensão e superioridade restrita ao corpo branco; ii) a construção de inferioridade do corpo negro impactando as relações e a subjetividade das pessoas pretas que, assim como também coloca Beatriz Nascimento, é uma construção que tenta desumanizar os pretos. Construção que se reproduz, não apenas na política pública, mas no espaço acadêmico, intelectual e de construção da imagem do negro na sociedade brasileira. Nascimento (1989), ao entrar em contato com a vida acadêmica no curso de história da Universidade Federal Fluminense, destaca:

Quando cheguei na Universidade, a coisa que mais em chocava era o eterno estudo sobre o escravo, como se nós [pessoas negras] só tivéssemos existido dentro da nação [brasileira] como mão-de-obra escrava, como mão-de-obra para fazenda e para mineração. (ORÍ, 1989)

Solidão profissional, dor e racismo institucional

Os espaços formativos também são lugares que podem contribuir para uma construção de identidades. Este texto não pretende citar a formação dos alunos de ensino básico, mas cabe pensar na formação de quem forma os discentes do ensino básico e como são formados/as. Como a formação do corpo negro na universidade é realizada hoje? Poucos corpos, poucos profissionais; e ainda vistos como exceção, com produções pouco visibilizadas. Talvez porque sejam poucos em volume e escassos para trocarmos e se apoiarmos em suas elaborações intelectuais.

A solidão, não só do diálogo, mas das parcerias em produções e a falta do entendimento discursivo talvez impacte na própria subjetividade do que significa ser intelectual. Mas, apesar de todo esforço de desumanização dos corpos negros, há de se pensar como ainda assim temos tantas produções e tão vigorosas. Dentre muitas possíveis respostas, Beatriz Nascimento (1989) afirma que o corpo traz ancestralidade; que o corpo é marcado por essa herança negra ancestral. O documentário *Orí*, narrado pela própria autora, descreve os aspectos da travessia dos corpos pretos até chegar nessa terra como um movimento que, neste trabalho, interpretamos como movimento o qual não nos separa de uma terra, mas nos ressignifica em outros espaços, trazendo e somando a partir da herança diaspórica. “A terra é circular, o sol é um disco! Onde está a dialética? No mar. Atlântico-mãe!” (ORÍ, 1989). É no corpo que também se marca a memória e a história: a dor, o afeto e a ancestralidade.

Sobretudo, como é movimento, é transmigração – já que a corporalidade é escrita a partir das experiências, nas subjetividades de vivências relacionais e coletivas.

Talvez essa imagem mostre o complexo das elites brasileiras, representadas pelo atual governo exaltador de uma brasilidade “não negra”, não indígena e/ou miscigenada, mas que estão longe de ser, elas mesmas, caucasianas. Cabe a pergunta: como fica a construção de quem cresce sem representação positiva e com políticas econômicas e públicas que pouco valorizam a imagem que a maioria dos brasileiros têm no espelho?

O racismo não impacta somente na construção da subjetividade daqueles que são vistos como subalternizados, mas também formata, principalmente, aqueles que oprimem, interferindo-lhes de maneira a naturalizar o lugar de privilégio. Dessa forma, o Estado também opera na lógica do opressor. Obviamente, os impactos emocionais não são apenas nos corpos das mulheres pretas, das mulheres, dos LGBTQIA+, dos indígenas, mas moldam uma subjetividade cruel e exterminadora, naturalizada pelas políticas públicas, pela educação e pelas relações interpessoais, numa neurose social que precisa ser o tempo todo diagnosticada e tratada, não apenas nas causas, mas nos seus sintomas – nos sintomáticos e nos assintomáticos.

Neusa Souza, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, as três grandes referências intelectuais trazidas neste texto para pensar a sociedade brasileira, foram mulheres que evidenciaram as relações desiguais na sociedade, e, infelizmente, vivenciaram o racismo brasileiro e suas consequências em suas histórias. Poderíamos ter a oportunidade de ter mais trabalhos e mais contribuições para pensar a complexa teia de relações e de significações que compõem esta sociedade. As três intelectuais tinham a habilidade de destrinchar discursos e modelos, e provocar grandes reflexões no campo intelectual e do engajamento político; mas morreram muito cedo. Porém, deixando um legado importante, tanto na escrita, na forma como escreveram e na produção de suas pesquisas, quanto nas referências de corpos de mulheres pretas para mulheres pretas, como produtoras de epistemologias.

Neusa Souza morre em decorrência de um suicídio. A morte de Souza, praticamente noticiada apenas pela Fundação Palmares, não teve destaque nos jornais da época – considere a importância de seu trabalho, sendo atual mesmo 12 anos após sua morte. Como Neusa Souza descreve em seu livro: “É a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação” (1983, p. 23).

Lélia d’Almeida Gonzalez, conhecida como Lélia Gonzalez, manteve o sobrenome do esposo por toda sua vida. A vida de Lélia certamente não foi fácil: se casou em 1964 e, em 1965, o esposo cometeu suicídio. Em um relacionamento inter-racial, – o esposo era de uma família branca e de

origem hispânica – a relação dos dois era considerada rejeitada, ainda assim, Lélia sempre usou o sobrenome do seu companheiro: “Gonzalez”.

Como afirma a própria Gonzalez em seus escritos: “Falar de opressão à mulher latino-americana é falar de uma generalidade que esconde, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito alto por não serem brancas.” (2020, p. 142)

Nascimento foi morta com apenas 52 anos, vítima de 5 tiros, no bairro de Botafogo. Como noticiado no jornal Folha de São Paulo: “Segundo a polícia, Maria Beatriz foi assassinada pelo preso albergado Jorge Amorim Viana, conhecido por ‘Danone’, que está foragido. Ele teria matado a professora por esta ter aconselhado sua namorada a abandoná-lo, porque ‘Danone’ costumava bater na companheira.” (GRAMADO, 1995, p. 01)

Considerações finais

Para finalizar, retorno a dizer que, mesmo sendo três importantes intelectuais, são invisibilizadas pela academia e pelos seus pares; compartilham do mesmo lugar de pensar o racismo na sociedade brasileira e compartilham da violência que é viver em uma sociedade estruturalmente racista e sexista – compreender a estrutura não as poupou de sofrer as consequências desta. Para pensar no termo *Dororidade*, tal qual um conceito que deveria ser visto como agregador, já que compartilhamos as ausências, retorno para Vilma Piedade: “Dororidade carrega, no seu significado, a dor provocada em todas as mulheres pelo machismo.” (2019, p. 17). A autora não pretende diminuir a importância da sororidade, que faz com que mulheres compartilhem as dores do machismo. Mas, como ela propõe: “Contudo, quando trata de Nós, Mulheres pretas, tem um agravamento nessa dor. A pele preta nos marca na escala inferior da sociedade” (2019, p. 17). Tais marcas não se resolvem apenas ao entender as dores, mas na compreensão de que a *Dororidade* pensada por Piedade é uma perspectiva filosófica e, na minha concepção, também é uma prática a qual entende que mulheres pretas sofrem uma dor interseccionada por, pelo menos, duas opressões: gênero e raça.

O caminho que percorro nessa construção conceitual me leva a entender que um conceito parece precisar do outro. Um contém o outro. Assim como o barulho contém o silêncio. Dororidade, pois, contém as sombras, o vazio, a ausência, as falas silenciadas, a dor causada pelo Racismo. E essa Dor é Preta.” (PIEADADE, 2019, p. 16)

Assim, reflito que, ao pensar em nossas histórias, nossas memórias e das mulheres pretas que nos antecederam, nos aproximamos pelas lutas e pelas histórias, mas também pela dor. Lélia

Gonzalez, Beatriz Nascimento e Neusa Souza são um pouco de todas nós mulheres pretas. Nos representamos, não apenas pela dor, mas pela construção de uma memória, seja ela oral ou escrita, pela produção acadêmica ou mesmo pelo engajamento. Mas, ignorar a necessidade da reflexão das dores é adentrar novamente no caminho da desumanização e da deslegitimação das mulheres que contam as suas histórias ou as histórias de outras mulheres que as representam.

Referências

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 139-150.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: SILVA, L. A. *et al.* (org.). **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: ANPOCS, 1984. p. 223-244.

GRAMADO, Paulo. Professora pode ter sido morta por racismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 jan. 1995. Seção Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/1/31/cotidiano/index.html> Acesso em: 7 dez. 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. Por uma história do homem negro. *In*: RATTTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e Instituto Kuanza, 2006. p. 93-98.

ORÍ. Produção de Raquel Gerber. São Paulo: Angra Filmes, 1989. 1 vídeo (131 min).

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2019.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.